

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

**PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E PARTICULARIDADES NA
PARAÍBA: ANÁLISE DE INDICADORES SOCIAIS NO PERÍODO 2019-2022**

ANNA RAQUEL ANDRADE GONZAGA¹

BÁRBARA DA ROCHA FIGUEIREDO CHAGAS²

THELMA CRISTINA REINALDO DE AGUIAR SAMPAIO³

ANA MARIA CORDEIRO SILVA PINTO⁴

CRISTINE VITÓRIA RODRIGUES DOS SANTOS⁵

RESUMO:

Recorrendo como método ao materialismo histórico dialético, este artigo busca analisar criticamente indicadores sociais a respeito do mercado de trabalho na Paraíba, no período 2019-2022. As considerações alcançadas indicaram uma nova configuração do mercado de trabalho que vem impactando as condições de trabalho dos trabalhadores no Nordeste e, em especial, no estado da Paraíba.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Precarização do trabalho. Disparidades Regionais. Paraíba.

ABSTRACT:

Using dialectical historical materialism as a method, this article seeks to critically analyze social indicators regarding the labor market in Paraíba, in the period 2019-2022. The considerations reached indicated a new configuration of the labor market that has been impacting the working conditions of workers in the Northeast and, in particular, in the state of Paraíba.

Keywords: Job market. Precariousness of work. Regional Disparities. Paraíba.

¹ Universidade Estadual da Paraíba

² Universidade Estadual da Paraíba

³ Universidade Estadual da Paraíba

⁴ Universidade Estadual da Paraíba

⁵ Universidade Estadual da Paraíba

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem passado por diferentes transformações decorrentes das estratégias do capital para enfrentamento da atual crise. No Brasil, a precarização do trabalho tem particularidades determinadas por uma conjugação de fatores que articulam desregulamentação e desmobilização sindical, efeitos que advêm do processo de formação econômico-social do país, baseada no regime de trabalho escravista e inserção subordinada do país na economia mundial; bem como do modo como o mundo do trabalho está estruturado na cena contemporânea.

Destaca-se que a precarização do trabalho no Brasil possui, ainda, disparidades regionais, onde, em algumas regiões, esta se acentua de maneira mais veloz. Isto porque o desenvolvimento do país ocorreu de modo desigual no território nacional, acarretando diferentes níveis de exploração e precarização do trabalho e da vida.

Diante disso, este artigo objetiva analisar indicadores sociais a respeito do mercado de trabalho na Paraíba, apresentando as particularidades do trabalho neste estado, que reflete as disparidades regionais historicamente constituídas no território nacional. Para tanto, tivemos como principal fonte de dados documentos do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), no período 2019-2022.

De maneira fundamentada na teoria crítica do materialismo histórico dialético, destaca-se a importância de compreender o estágio atual da crise capitalista, bem como a forma como esta se dá no Brasil, considerando suas particularidades regionais; que se desdobra em permanente desregulamentação de direitos, precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores.

2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DISPARIDADES REGIONAIS NO BRASIL

A compreensão a respeito do mundo do trabalho perpassa o contexto atual da crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), que tem gerado importantes transformações na sociabilidade burguesa. Tem-se vivenciado, ao longo das últimas décadas, o aprofundamento da barbárie capitalista. As ilusões acerca de uma possível “saída da crise” do sistema sociometabólico do capital encontram sua impossibilidade nos limites objetivos deste modo de produção e reprodução da vida social.

Antunes (2015) destaca que a década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, importantes transformações no mundo do trabalho e nas formas de inserção na estrutura produtiva, bem como no modo de representação sindical dos trabalhadores. O autor destaca que uma importante reflexão a respeito das transformações vivenciadas pelo capitalismo é oferecida por Harvey (1992), que, em sua síntese sobre a *acumulação flexível*, analisa a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões subdesenvolvidas nas novas configurações assumidas pela sociabilidade burguesa enquanto estratégias de restauração do capital.

Este contexto é importante para compreender o mercado de trabalho brasileiro, tendo em vista que as condições de formação da sua classe trabalhadora são fruto do seu passado colonial escravista, cujos traços predominantes referenciam tanto uma baixa capacidade organizativa quanto um Estado historicamente sujeito ao capital estrangeiro. Isto porque esse mercado de trabalho surgiu para atender necessidades externas, elemento distintivo na formação econômico-social latino-americana e brasileira.

Desse modo, as condições da formação do mercado de trabalho brasileiro são marcadas por resquícios da escravatura e que, após a abolição, conforma a precarização das relações de trabalho, especialmente para os trabalhadores negros, que seguem ocupando cargos mais precários e informais e engrossando a fila da força de trabalho excedente no Brasil, que é ocupada majoritariamente por pessoas negras.

Os efeitos da já aludida crise do capital e a hegemonia neoliberal a partir da década de 1990 no Brasil, somados à histórica desproteção do trabalho, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram “o aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais” (Behring; Boschetti, 2011, p. 127).

Não obstante, atualmente, as relações de trabalho têm sido profundamente transformadas pelas novas tecnologias e modelos de negócios, fenômeno analisado por Antunes (2020) em seu texto "Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0". O autor aborda a precarização do trabalho como uma consequência direta desses novos paradigmas, destacando a uberização, o trabalho digital e as mudanças trazidas pela Indústria 4.0.

A "uberização" do trabalho, termo derivado da empresa Uber, caracteriza-se pelo uso de plataformas digitais para conectar trabalhadores autônomos a consumidores, esse modelo resulta em trabalhadores que atuam como "empreendedores de si mesmos", desprovidos de vínculos empregatícios, proteção social e garantias trabalhistas. Dessa forma, tal situação gera maior instabilidade e insegurança, uma vez que os trabalhadores estão sujeitos às demandas variáveis do mercado e às regras impostas pelas plataformas.

Além disso, as plataformas digitais emergem como intermediárias no mercado de trabalho, facilitando a proliferação de empregos temporários, intermitentes e flexíveis. No entanto, Antunes (2020) argumenta que a suposta autonomia promovida por essas plataformas é ilusória, já que os trabalhadores são controlados por algoritmos que determinam suas atividades e remunerações, frequentemente sem transparência ou possibilidade de negociação, perpetuando a precarização laboral.

Antunes (2020) critica a noção de flexibilidade no trabalho contemporâneo, que muitas vezes se traduz na ausência de direitos e garantias para os trabalhadores, o autor destaca que as condições de trabalho degradantes, jornadas extensas, baixa remuneração e a falta de benefícios como seguro de saúde e aposentadoria são evidências da precarização generalizada. Tais aspectos impactam diretamente a vida da população, que vivencia situações de precariedade, desigualdade, adoecimento físico e mental, ou seja, os impactos são tanto na saúde, quanto no âmbito social e econômico dos indivíduos.

O cenário atual tem aprofundado a precarização do trabalho em território nacional, no entanto, cabe destacar, ainda, que, em determinadas regiões, este contexto se dá de modo ainda mais destrutivo, como é o caso da região Nordeste.

Esta disparidade regional possui caráter histórico. Para Oliveira (1993, p. 45), a questão regional no Brasil data do final do século XIX, representando: "[...] antes de tudo, e, sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida". Esta unidade resulta do "processo de competição entre burguesias nascentes, de um lado, e, de outro, das alianças que elas conseguem estabelecer com uma burocracia imperial propriamente dita".

A exemplo disso, a desigualdade entre as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil é um tema relevante na análise econômica contemporânea do mercado de trabalho. Dados recentes mostram que o Sudeste, tradicionalmente a região mais desenvolvida economicamente do país, mantém um padrão de crescimento superior em comparação com o Nordeste. Em 2022, por

exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) do Sudeste representou aproximadamente 55,7% do PIB nacional, enquanto o Nordeste contribuiu com 13,9% (IBGE, 2023).

Não por acaso, majoritariamente, o nordestino está inserido em ocupações inferiores e mais precárias no mercado de trabalho, associado, inclusive à pobreza e à miséria, com todo imaginário em torno da seca e do retirante; bem como vinculado à indigência do ponto de vista intelectual (Albuquerque Jr., 2009).

A Paraíba reflete parte do cenário Nordestino de altas taxas de precarização do trabalho. Refletir a respeito deste cenário é a intencionalidade da nossa investigação.

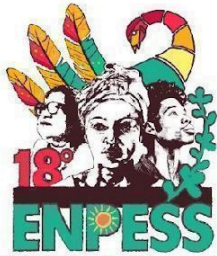
3 PARTICULARIDADES DA PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA PARAÍBA

Para aprofundarmos a nossa análise, iremos focar nas particularidades do estado da Paraíba, importante estado do Nordeste brasileiro. Como os demais estados do Nordeste, a Paraíba enfrenta desafios significativos em termos de desenvolvimento econômico e social. De antemão, é importante destacar que o crescimento do Brasil ocorreu de forma desigual entre as regiões, dentre elas, a região do Nordeste foi uma das que teve um desenvolvimento desigual e tardio; fato que impacta, entre outros fatores, no seu mercado de trabalho.

Segundo Sora e Anjos (2017), durante o período colonial, a economia do Nordeste foi inicialmente próspera, centrada na produção de cana-de-açúcar, no entanto, com o tempo, a economia açucareira declinou, e outras regiões do Brasil, como o Sudeste, começaram a se destacar economicamente devido à produção de café e à industrialização. Posteriormente, com a abolição da escravidão e a falta de investimento em infraestrutura e educação, o Nordeste permaneceu em desvantagem em relação a regiões como o Sudeste, que recebeu grande incentivo no período da industrialização do país.

O crescimento desigual do Nordeste em relação ao resto do Brasil é um desafio complexo que exige políticas integradas e sustentáveis. A história de marginalização econômica, a falta de investimentos em infraestrutura e educação e os desafios climáticos contribuem para a disparidade regional. No entanto, tal cenário poderia ser reduzido com um planejamento estratégico focado no potencial da região e com investimentos contínuos, para, assim, haver a redução das desigualdades e promover um desenvolvimento mais equilibrado.

Contudo, não é o que ocorre, já que os investimentos permanecem centralizados. Nesse cenário, destaca-se a Paraíba, que, de acordo com dados do IBGE, precisamente na Síntese de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

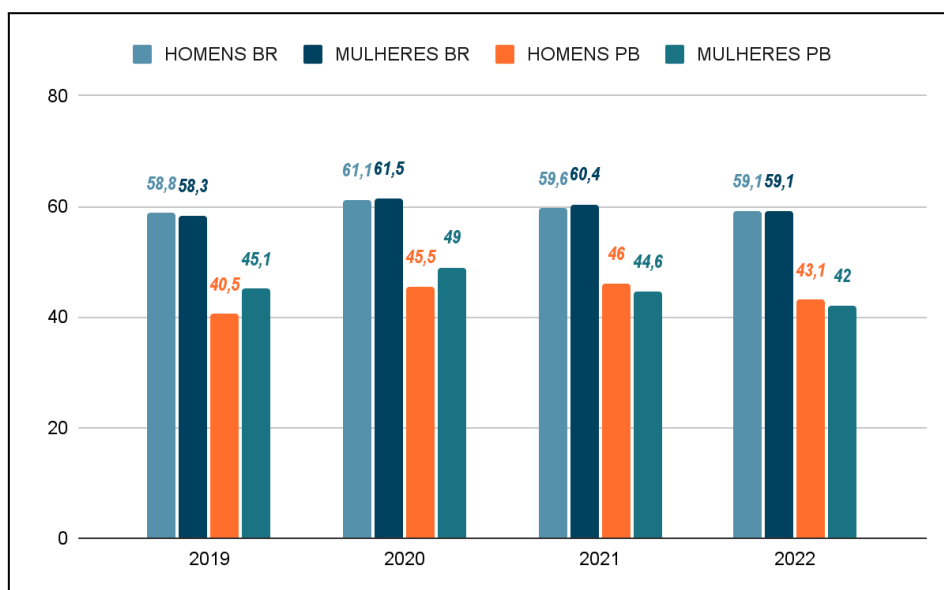
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Indicadores Sociais, possui uma economia marcada por altos índices de informalidade no mercado de trabalho, desigualdades sociais e uma predominância dos setores de serviços e agricultura. Os dados do IBGE, particularmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), revelam que a informalidade é uma característica marcante do mercado de trabalho na Paraíba. A condição informal se refere a trabalhadores sem carteira assinada, que não contribuem para a previdência social e não têm acesso a benefícios trabalhistas como seguro-desemprego, férias remuneradas e 13º salário.

Em 2023, aproximadamente 45% dos trabalhadores do estado estavam em empregos informais. Este nível de informalidade é especialmente relevante nos setores de serviços, comércio e agricultura, onde muitos trabalhadores atuam sem contratos formais, agravando a precarização laboral.

Com base na PNAD Contínua do IBGE, analisamos a proporção de pessoas em trabalhos formais, onde estão contemplados: empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social. Na referida análise, reconhecemos também as disparidades de gênero, contempladas no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Proporção de pessoas ocupadas em trabalhos formais, por sexo, no Brasil e na Paraíba (2019-2022).



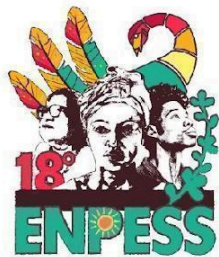
Fonte: Elaboração própria (2024).

Diante disso, é possível observar, de modo representativo nos quatro anos analisados, a tendência histórica do reduzido número de pessoas com vínculos formais na Paraíba em relação à média nacional, que indica o elevado número de pessoas na informalidade no estado. A compreensão a respeito da baixa proporção de pessoas em trabalhos formais ressalta a latente desigualdade regional presente no Brasil, que resulta, entre outros efeitos, na baixa proteção social aos trabalhadores, em especial, na região Nordeste.

Em termos de gênero, a proporção de homens e mulheres em trabalho formal e informal é semelhante, apesar de haver um declínio na taxa de mulheres em trabalho formal no estado da Paraíba nos anos de 2021 e 2022 (44,6% para 42%), taxa que vinha em aumento nos anos de 2019 e 2020 (45,1% para 49%). Desde a instauração da Pandemia da COVID-19, em março de 2020, a proporção de mulheres ocupadas em trabalhos formais caiu 7%. Em contraponto, a proporção de homens em trabalhos formais cresceu, ainda que minimamente, na transição de 2020 para 2021 e, ainda que tenha apresentado uma queda de 2,6% no ano de 2022, o índice ficou superior ao observado no ano de 2019, o que não ocorreu com as mulheres.

Isso pode nos conduzir a análise do modo como a pandemia afetou de forma ainda mais negativa as mulheres, que foram deslocadas para o mercado de trabalho informal de forma mais aguda. Essa realidade está relacionada tanto a fatores estruturais, a divisão sexual do trabalho no capitalismo, quanto ao trato que o governo federal, durante a era de Bolsonaro, deu às questões de gênero. Associado a essa análise, também foi relevante para o estudo elaborar um gráfico que visa analisar a questão de cor ou raça e sua inserção no mercado formal de trabalho.

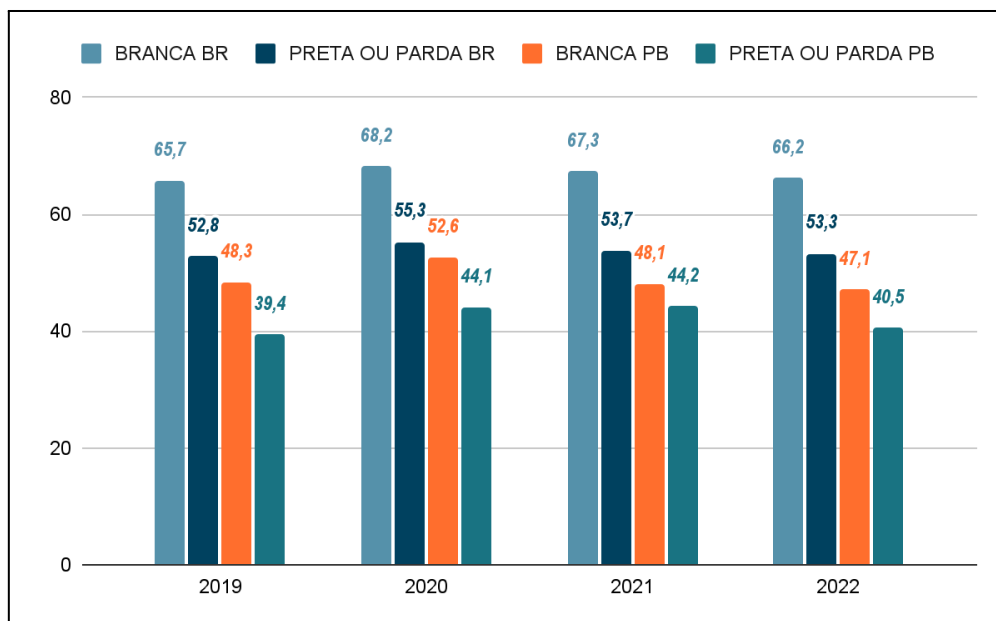
Gráfico 02: Proporção de pessoas ocupadas em trabalhos formais, por cor ou raça, no Brasil e na Paraíba (2019-2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Elaboração própria (2024).

Observamos que todos os índices apresentam uma alta quando comparamos a transição de 2019 para 2020, mas, nos anos que seguem a série histórica, observamos uma tendência de queda. Nessa análise, vem à tona, mais uma vez, os impactos da pandemia e das políticas de governo implementadas no período, que não foram eficazes para manter os percentuais de empregos formais, percentuais esses que são preocupantes e desvelam uma intensa precarização.

Em particular, a proporção de pessoas em trabalho formal é ainda menor no estado da Paraíba, sendo verificado, no ano de 2019, por exemplo, que apenas 39,4% pessoas pretas ou pardas na Paraíba estavam ocupando trabalhos formais, enquanto esse percentual sobe para 52,8% a nível nacional. Vale salientar que essa disparidade também está presente nas demais categorias e em toda a série histórica.

Além disso, precisamos notar também a desigualdade racial presente nos indicadores acima apresentados. Observamos que, considerando a realidade nacional, a taxa de pessoas brancas ocupadas em trabalhos formais é, aproximadamente, 13% superior à taxa de pessoas pretas e pardas ocupadas em trabalhos formais, em toda a série histórica. Assim, a diferenciação entre cor ou raça na proporção de trabalhos formais manteve-se preservada ao longo dos anos analisados, denotando uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro: a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

informalidade; especialmente na região Nordeste e, em particular, na Paraíba, e sua maior incidência na população negra, por decorrência da sua herança escravista.

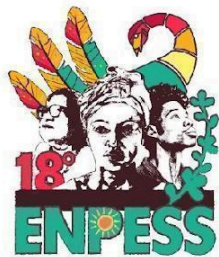
Os dados analisados refletem desigualdades historicamente constituídas, como a maior proporção de pessoas de cor ou raça preta ou parda na ocupação de empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, além de trabalhadores por conta própria que não são contribuintes para a previdência social, sendo um número em torno de 56,9% na região Nordeste, no ano de 2022.

Além disso, o IBGE também fornece dados sobre a remuneração e distribuição de renda no estado, que são cruciais para entender a precarização do trabalho. De acordo com a análise, o rendimento médio dos trabalhadores informais na Paraíba é significativamente inferior ao dos trabalhadores formais. Em 2023, o rendimento médio dos trabalhadores informais era cerca de 60% do rendimento médio dos trabalhadores formais, tais questões influenciam diretamente na desigualdade de renda. O Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda, indica uma alta concentração de renda, refletindo a disparidade econômica entre diferentes segmentos da população.

Nesse cenário, o estudo pôde identificar que os trabalhadores informais na Paraíba enfrentam condições de trabalho precárias e falta de proteção social, aspectos que contribuem para a vulnerabilidade econômica e social, já que como não realizam contribuição para a previdência social, muitos trabalhadores informais não têm acesso a benefícios como aposentadoria e auxílio-doença; tal particularidade aumenta a vulnerabilidade em caso de doença, acidente de trabalho ou aposentadoria. Além disso, a falta de regulamentação no emprego informal leva a jornadas de trabalho extensas e, muitas vezes, a ambientes de trabalho inseguros.

A Indústria 4.0 tem o potencial de impactar significativamente o mercado de trabalho, já que a implementação de tecnologias avançadas pode levar à substituição de empregos que não exigem alta qualificação, exacerbando o desemprego, a precarização e, conseqüentemente, a falta de qualificação adequada para os novos empregos tecnológicos; podendo excluir, temporária ou definitivamente, muitos trabalhadores do mercado de trabalho formal.

Na análise dos dados, podemos verificar que a maior parte das pessoas ocupadas no Brasil possuem o Ensino Médio completo ou superior incompleto. Em geral, pessoas com níveis mais altos de instrução tendem a ocupar empregos que requerem maior qualificação, enquanto aqueles com níveis mais baixos de instrução tendem a trabalhar em ocupações de menor qualificação e remuneração; como demonstram os dados a seguir:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tabela 01: Porcentagem dos níveis de instruções do Brasil e Paraíba.

	Sem instrução ou fundamental incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino superior completo
Brasil	20,6	14,4	42,4	22,6
Paraíba	31,6	12,4	39,1	16,8

FONTE: Elaboração própria (2024).

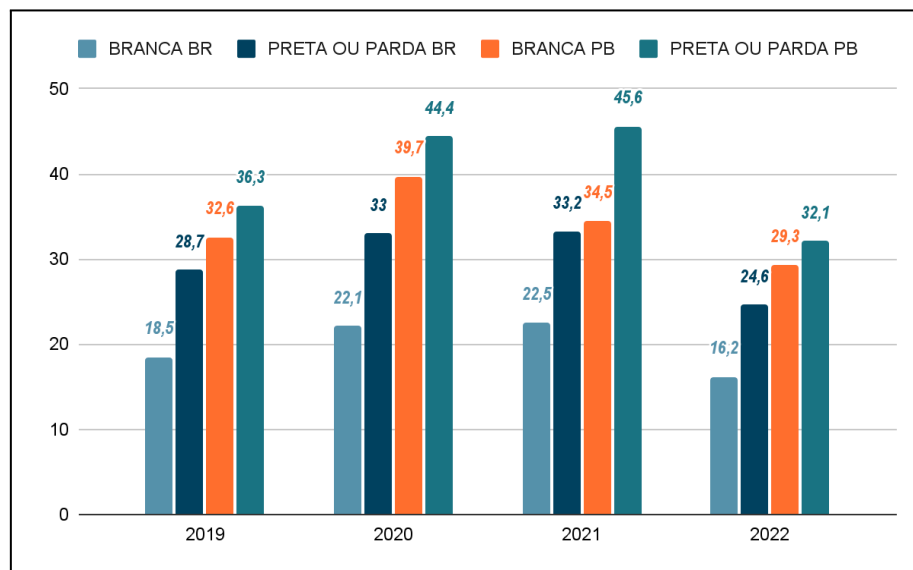
Essa tendência sugere uma correlação entre o nível de educação alcançado e a participação ativa no mercado de trabalho, destacando a importância da educação na determinação das oportunidades de emprego e da distribuição ocupacional em diferentes regiões do Brasil. As informações acima salientadas deixam evidente, mais uma vez, as desigualdades regionais, ao observarmos que, com exceção da categoria “Sem instrução ou fundamental incompleto”, todas as demais apresentam menor incidência no total de pessoas ocupadas na Paraíba, em comparação ao Brasil. Podemos observar que 31,6% das pessoas ocupadas na Paraíba (e aqui não referimo-nos apenas a empregos formais) não acessaram a educação formal, enquanto na realidade nacional esse índice é de 20,6%. Esse é um fenômeno importante para pensarmos a intensidade da precarização que prevalece no contexto paraibano, quando comparado ao contexto nacional.

A economia da Paraíba tem particularidades que influenciam o seu mercado de trabalho, como a estrutura produtiva voltada para setores como agricultura, serviços e comércio; bem como uma economia diversificada, com destaque para o setor agropecuário e o turismo, que são importantes geradores de empregos na região (Sora; Anjos, 2017). De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em 2023, setores como comércio, serviços e indústria foram os principais responsáveis pela geração de empregos formais na Paraíba, refletindo a dinâmica econômica estadual (CAGED, 2019).

É importante considerar também que as disparidades das questões de gênero e raça e a infraestrutura econômica influenciam diretamente a distribuição e a qualidade dos empregos na Paraíba em comparação com o restante do país. Assim, a análise do mercado de trabalho na Paraíba requer uma visão integrada das condições econômicas e sociais específicas da região.

O gráfico a seguir apresenta a taxa de subutilização⁶ da população por cor ou raça.

Gráfico 03: Taxa de subutilização da força de trabalho, por cor ou raça, no Brasil e na Paraíba (2019-2022).



Fonte: Elaboração própria (2024).

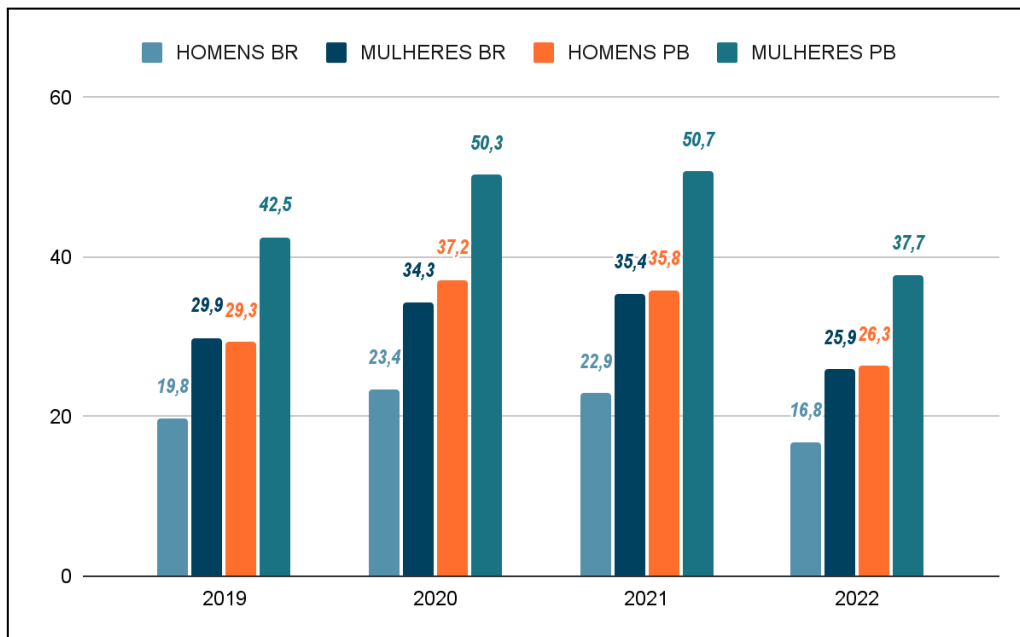
Analisamos a taxa composta de subutilização da força de trabalho, por cor ou raça, na Paraíba e no Brasil. Foi verificado um crescimento das taxas analisadas, especialmente no ano de 2021. A análise dos dados, com recorte racial, revela que as taxas de subutilização entre pretos e pardos na Paraíba são consistentemente mais altas do que a média geral do Brasil.

A população preta e parda geralmente enfrenta desafios estruturais adicionais, como discriminação no mercado de trabalho, falta de acesso à educação e oportunidades limitadas de mobilidade social. Esses fatores contribuem para taxas mais altas de subutilização entre os pretos e pardos em comparação com os brancos. Na Paraíba, essas disparidades são ainda mais acentuadas, sugerindo uma situação particularmente desafiadora para a população preta e parda do estado. A falta de políticas públicas eficazes para promover a inclusão econômica e reduzir as disparidades raciais no mercado de trabalho pode estar contribuindo significativamente para essa discrepância entre a Paraíba e o Brasil.

⁶ A subutilização inclui não apenas o desemprego, mas também a subocupação por tempo insuficiente e a força de trabalho potencialmente disponível, abrangendo aqueles que desistiram de procurar emprego devido à falta de oportunidades ou que estão disponíveis para trabalhar, mas não estão ativamente buscando emprego.

Vejamos agora a taxa composta de subutilização da força de trabalho, por sexo, na Paraíba e no Brasil, entre 2019 e 2022.

Gráfico 04: Taxa de subutilização da força de trabalho, por sexo, no Brasil e na Paraíba (2019-2022).

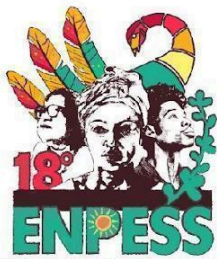


Fonte: Elaboração própria (2024).

Com relação aos dados, podemos verificar que, entre os anos de 2019 e 2020, houve um crescimento das taxas, permanecendo em crescimento, mesmo que minimamente, entre 2020 e 2021. No ano de 2022 podemos verificar que essas taxas tiveram um decréscimo significativo. Por meio dos dados, verificamos que as mulheres, a nível nacional, têm uma taxa mais elevada de subutilização em relação aos homens, essa mesma situação pode ser vista em índices da Paraíba. Em 2021, essa taxa de subutilização chegou a uma diferença de 14,9% com relação às taxas de homens subutilizados na mesma região.

A análise revela que, em geral, as mulheres enfrentam condições de trabalho mais precárias em comparação com os homens. Essa disparidade de gênero é evidente em diversos aspectos do mercado de trabalho, destacando-se na questão salarial, uma vez que as mulheres, em média, recebem menos do que os homens pelo mesmo trabalho ou trabalho de igual valor.

Atualmente, o mercado de trabalho na Paraíba apresenta características distintas em comparação ao mercado nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

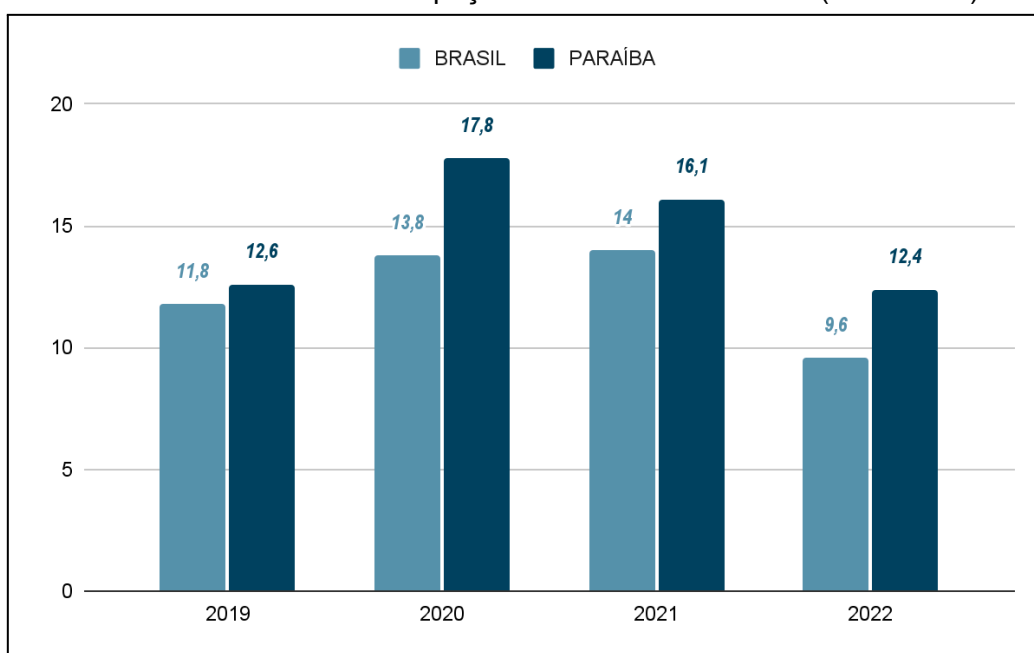
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Estatística (IBGE), a taxa de desemprego na Paraíba tem variado ao longo dos anos, acompanhando os ciclos econômicos do país. Em 2022, por exemplo, a taxa de desocupação na Paraíba foi estimada em 12,4%, enquanto a média nacional foi de 9,6% (IBGE, 2023).

Vejamos o gráfico abaixo:

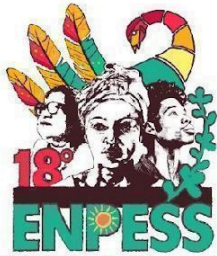
Gráfico 05: Taxa de desocupação no Brasil e na Paraíba (2019-2022).



FONTE: Elaboração própria (2024).

Como podemos observar, a taxa de desocupação, com relação ao período de 2019 - 2022, fazendo a análise do Brasil e da Paraíba, cresceu nos anos de 2020 e 2021. No referido estado, foi possível ver que aumentou, aproximadamente, 5% em relação ao ano anterior; já no ano de 2022, essa porcentagem caiu no Brasil e na Paraíba, tendo uma queda significativa em relação aos três últimos anos. Essa taxa, no Brasil e na Paraíba, varia ao longo do tempo, apresentando diferenças importantes. No Brasil, essa taxa tem oscilado entre cerca de 10% a 14% nos últimos anos, com uma média em torno de 14% em 2021. Já na Paraíba, a taxa de desocupação tende a ser um pouco mais alta que a média nacional, variando entre cerca de 11% a 17%. Em 2020, a taxa de desocupação no estado ficou em torno de 17%.

Em suma, ao comparar o mercado de trabalho na Paraíba com o restante do Brasil, observa-se uma economia diversificada e dinâmica, mas que ainda enfrenta desafios significativos em termos de formalização, qualidade dos empregos e distribuição de renda. Os indicadores



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

selecionados revelam a necessidade urgente de políticas públicas focadas na redução da informalidade e na melhoria das condições de trabalho, especialmente no Nordeste, com destaque para a Paraíba.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental implementar políticas que estimulem a formalização do trabalho e fortaleçam a proteção social, particularmente à luz das novas configurações do mercado de trabalho, impulsionadas pelo avanço das plataformas digitais.

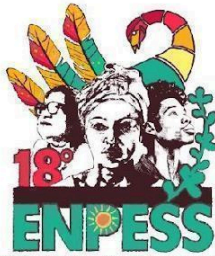
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações apresentadas sobre as análises das transformações no mercado de trabalho brasileiro, evidencia-se a precarização que persiste no cenário nacional e, particularmente, na Paraíba. A precarização do mercado de trabalho contemporâneo é um fenômeno complexo e multifacetado, profundamente influenciado pelas novas tecnologias e modelos de negócios, conforme analisado por Antunes (2020). A uberização e a digitalização têm gerado trabalhadores sem vínculos empregatícios, proteção social e garantias trabalhistas, perpetuando condições de trabalho degradantes.

Essa precarização é ainda mais acentuada no Nordeste, onde fatores históricos, especialmente o legado da escravização de pessoas, contribuem para a precarização do trabalho da classe trabalhadora brasileira. A Paraíba exemplifica essa realidade, a análise do mercado de trabalho neste estado revela uma economia diversificada, mas marcada por altos índices de informalidade e desigualdade social, especialmente quando comparada à média nacional.

Historicamente, o desenvolvimento desigual entre regiões brasileiras, intensificado por fatores coloniais e a falta de investimentos, perpetua a precarização do trabalho no Nordeste. Na Paraíba, aproximadamente 45% dos trabalhadores estão em empregos informais, afetando negativamente suas condições de vida e de trabalho. Além disso, há disparidades significativas de gênero e raça, com mulheres e pessoas negras enfrentando maiores desafios para acesso ao mercado de trabalho formal.

Para enfrentar esses desafios, é crucial a implementação de políticas públicas que promovam a formalização do trabalho e fortaleçam a proteção social. A modernização econômica impulsionada pelas novas tecnologias precisa ser acompanhada de estratégias inclusivas para evitar o aumento da precarização. Políticas integradas e sustentáveis possibilitam reduzir as desigualdades e garantir um desenvolvimento econômico mais justo e sustentável na Paraíba e em todo o país.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ademais, é necessário ter em vista que esta realidade faz parte de um processo mais amplo de desmonte de conquistas historicamente alcançadas pela classe trabalhadora no âmbito do trabalho em contexto de crise do capital. Tais tendências se encontram na dinâmica mais geral da realidade social sob a égide de uma sociabilidade que impõe à força de trabalho um contínuo processo de desregulamentação do trabalho e da vida social.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. (2020). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo. Acesso em: 15/06/2024.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAGED. (2019). **Saldo do emprego celetista nos meses de dezembro/2018 a dezembro/2019 (sem ajustes)**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 19/08/2024.
- IBGE. (2023). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20/06/2024.
- IBGE. (2023). **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. 20/06/2024.
- IBGE. (2023). **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20/06/2024.
- MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SORA, Ingrid; ANJOS, Claryssa Maria dos. (2017). A Questão Regional Brasileira e o Desenvolvimento Do Nordeste: Panorama das Políticas Federais de Destaque entre os Anos 1950 e 2017. **Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo**. Acesso em: 15/06/2024.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. Estudos avançados n.18, 1993.